

CONHECIMENTOS “VULGARES” SOBRE A FLORA DO PIAUÍ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA DE VICENTE JORGE DIAS CABRAL (1799-1803)

Discente: Jackeline Da Silva Santos Carvalho¹

Orientadora: Dra. Gabriela Berthou de Almeida²

Resumo:

O presente artigo, apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí/Campus de Oeiras, visou analisar as recorrências aos saberes “vulgares” sobre as plantas na documentação produzida na expedição científica de Vicente Jorge Dias Cabral, entre o Maranhão e Piauí, no período de 1799 a 1803. A viagem teve como objetivo principal inventariar os vegetais, animais e minerais, sobretudo da capitania de São José do Piauí, a qual ele percorreu de norte a sul. Na análise da principal fonte legada da expedição, a *Coleção das Observações dos Produtos Naturais do Piauí*, nos centramos na parte que abordou sobre a flora, descrita com foco nos usos medicinais, alimentares e construção e em diálogo com os pressupostos da ciência da época. Nesse escrito foi possível identificar fragmentos que remetem aos conhecimentos locais, tais como: “vulgarmente chamados”, “um curioso me assegurou”, “algumas pessoas”, “o povo pobre do sertão”. Deste modo, consideramos que o conhecimento científico produzido no século XVIII se construiu a partir da circulação de diferentes formas de saberes, incluindo os detidos por populações não-europeias.

Palavras-chave: Expedição científica; Saberes vulgares; Vicente Jorge Dias Cabral; Piauí.

Abstract:

This article, presented as a final project for the Bachelor's Degree in History at the State University of Piauí/Oeiras Campus, aimed to analyze the recurrence of "common" knowledge about plants in the documentation produced during Vicente Jorge Dias Cabral's scientific expedition between Maranhão and Piauí, from 1799 to 1803. The main objective of the voyage was to inventory the plants, animals, and minerals, particularly in the captaincy of São José do Piauí, which he traveled from north to south. In the analysis of the expedition's main legacy source, the Collection of Observations of Natural Products of Piauí, we focused on the section that addressed flora, describing its medicinal, dietary, and construction uses, in dialogue with the scientific assumptions of the time. In this text, it was possible to identify fragments that refer to local knowledge, such as: "commonly called," "a curious person assured me," "some people," "the poor people of the backlands." Thus, we consider that the scientific knowledge produced in the 18th century was constructed from the circulation of different forms of knowledge, including that held by non-European populations.

Keywords: Scientific expedition; Common knowledge; Vicente Jorge Dias Cabral; Piauí.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí- UESPI/Oeiras, 2025.1. E-mail: jackelinedasilvaoliveiras@aluno.uespi.br;

² Mestra e Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. É docente efetiva do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí/Floriano. E-mail: gabrielaberthou@frn.uespi.br.

Considerações iniciais

O presente artigo tem como propósito analisar os conhecimentos sobre as plantas catalogadas pelo naturalista³ Vicente Jorge Dias Cabral, em sua viagem filosófica ao sertão do Piauí, realizada entre 1799 a 1803. O objetivo central foi identificar a circulação de saberes populares e científicos dentro da “zona de contato”, definida por Mary Louise Pratt como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação—como o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (Pratt, 1999, p.27). A problemática do estudo foi, portanto, pensar em como o viajante recorreu aos conhecimentos sertanejos acerca da flora para inventariar a natureza local, nos últimos anos do século XVIII e primeiros do século XIX.

Vicente Jorge Dias Cabral nasceu em Minas Gerais, no Tejuco, Comarca do Serro Frio. Na segunda metade do século XVIII, atravessou o oceano Atlântico para estudar na universidade de Coimbra, onde se graduou em Filosofia e Direito, cursos que atraíam filhos das elites nascidos na América portuguesa. O naturalista e bacharel retornou a América portuguesa, mas não para a sua capitania natal. Por volta de 1798, há registros de sua atuação profissional em São Luís, no Maranhão, onde assumiu “a direção do Horto Botânico e da expedição ao sertão da capitania, [a ser iniciada] tão logo terminasse o inverno.” (Galves, 2017, p. 557). O então governador do Maranhão D. Diogo de Souza, contemporâneo de Dias Cabral em Coimbra, informava ter mais planos para o naturalista e bacharel, um deles era torná-lo professor da cadeira de História Natural em São Luís.

Em 1799, Vicente Jorge Dias Cabral iniciou a viagem filosófica para a qual havia sido nomeado. A expedição tinha como objetivo principal produzir um inventário da natureza e dos territórios percorridos e mapear os “produtos naturais” que poderiam ser incorporados nas dinâmicas de exploração colonial. Dias Cabral partiu de São Luís, acompanhado de um desenhista, rumo ao Piauí, onde encontraria com Joaquim José Pereira, o vigário de Valença. O último era tido como o conhecedor “daqueles sertões”; caberia uma pesquisa mais aprofundada a seu respeito, mas esse não foi objetivo da nossa pesquisa. O grupo percorreu a maioria dos núcleos colonizadores do Piauí, utilizando as vilas, freguesias, fazendas e riachos para referências espaciais nos relatos.

³No dicionário de Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, a palavra naturalista tem o significado: “f. c. pessoa que sabe e se aplica a História natural. § Desta que não admite revelação, mas fomenta a Teologia Natural” (Bluteau, Silva, 1789, p. 110). Eram, portanto, profissionais com formação especializada e dedicados ao estudo do mundo natural.

É possível ter um panorama da viagem a partir do mapa em que o Vigário de Valença faz a descrição das localidades que percorreram (RIHGB, V 20, 1857). Temos um total de 16 freguesias, algumas visitadas mais de uma vez, totalizando 956 léguas, que passavam “desde o extremo norte (Parnaíba) até o extremo sul (Parnaguá), além de várias localidades do centro-oeste, como Oeiras, Valença, Campo Maior e Jerumenha.” (Galves, 2017, p. 560).

De acordo com Galves (2017), as expedições científicas eram comuns desde os tempos do ministro do Ultramar, Martinho de Mello e Castro (1770-1795). Elas tinham objetivos específicos e próximos da economia política. Variados interesses motivavam o financiamento por parte da Coroa de viagens como a de Dias Cabral, a saber: a busca pelo salitre, a introdução de novos gêneros agrícolas, como a cochonilha, a quina, o cacau e o café. Para os sujeitos que a realizavam, as viagens filosóficas poderiam levar, grosso modo, a dois caminhos: uma vez concluída a expedição, o naturalista poderia aprofundar os estudos científicos a partir das informações coletadas em campo e publicar os textos e/ou a obtenção de cargos públicos.

A principal fonte histórica analisada na pesquisa foi o manuscrito intitulado *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803*, sendo este o relato escrito produzido na expedição filosófica estudada. O texto é organizado em três partes. A primeira se volta para a fauna e tem como foco central a descrição do “inseto da cochonilha”, que se alojava no “cacto da cochonilha”, e a partir do qual era produzida uma tinta cor carmim com potencial comercial. O naturalista descreve as condições climáticas do Piauí e faz comparações com outras regiões do mundo, além de traçar um plano para produção e comercialização do corante se valendo do que considera ser o “clima ideal para o cultivo cacto de cochonilha”. A segunda parte do manuscrito se volta para o mundo mineral, com destaque para as análises sobre o salitre, importante insumo para produção da pólvora e muito cobiçado pelos reinos colonialistas do período. Vale dizer que uma das principais missões da viagem filosófica de Dias Cabral foi justamente identificar a possibilidade de exploração do salitre na capitania do Piauí.

A terceira parte da *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí* foi dedicada a descrição do reino vegetal, sendo a que mais nos interessa. O naturalista faz a descrição de inúmeras espécies de plantas, como eram nomeadas localmente e as suas utilidades, seja para construção, cura ou alimentação. Dias Cabral não nomeia os seus interlocutores, mas é possível a identificação dos saberes populares usados por parte do letrado no diário. Posto isto, nosso objetivo foi justamente mapear nas fontes as recorrências aos “saberes vulgares⁴”, como eram designados na documentação, que remetem para conhecimentos e práticas ancestrais.

⁴ A palavra vulgares se refere a forma como o viajante nomeava as plantas que eram conhecidas e usadas pela população local nas regiões pelas quais percorreu entre os sertões do Piauí e Maranhão (Cabral, 1803).

Do ponto de vista teórico, dialogamos com as ideias do historiador indiano Kapil Raj. Ele destaca que o conhecimento científico, comumente pensado como uma produção da Europa, se formou a partir do contato de diferentes formas de conhecimento, incluindo os detidos por populações não-europeias. Quando de fato tais populações eram subjugadas e colocadas como o oposto ao modelo de ciência moderna europeia que muitas vezes se impôs de forma violenta a outras culturas.

Além de trabalhar com esta fonte, durante o processo de pesquisa, realizamos o levantamento de outros documentos referentes a trajetória de Dias Cabral e a sua atuação no Piauí em arquivos e bibliotecas com acervos digitalizados, tais como: no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A pesquisa foi feita com o uso de palavras-chave: expedição científica, viagem filosófica, relatos de viagens, história natural, flora, acompanhadas do recorte geográfico (Piauí) e do período colonial, com foco no Maranhão e Piauí. Localizamos principalmente correspondências endereçadas à Dias Cabral, ou que citam seu nome, e eram trocadas entre o governador do Maranhão e da Marinha e Ultramar. Parte delas abordavam as remessas de espécies de plantas recolhidas durante a viagem. Além disso, conseguimos identificar dezenas de desenhos botânicos produzidos no contexto da expedição científica e que hoje estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu de História Natural da Universidade de Lisboa.

Nas linhas que seguem apresentaremos os resultados da pesquisa desenvolvida para construção do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras. No tópico seguinte faremos uma reflexão sobre os significados dos sertões do período colonial e de forma mais específica da capitania do Piauí. No terceiro tópico falaremos sobre o naturalista Vicente Jorge Dias Cabral e o mundo letrado, os interesses por trás dessas viagens filosóficas e a formação necessária para desenvolvê-las. O quarto e último tópico analisaremos a documentação resultado da expedição científica de Dias Cabral, tendo como foco pensar como o viajante recorreu aos conhecimentos sertanejos sobre as plantas para inventariar a natureza do Piauí nos últimos anos do século XVIII. Por fim, nas considerações finais retomamos os principais argumentos e reflexões resultantes do estudo.

Os sertões da América portuguesa e da capitania de São José do Piauí

Neste tópico refletiremos sobre o conceito de sertão no período colonial e as suas concepções e usos em diferentes lugares. Em seguinte, nos centraremos em situar a capitania do Piauí no debate historiográfico, visando evidenciar as redes de conexões das quais a capitania

fazia parte, destacando as potencialidades dos sertões e enfatizando a ocupação da região pelos povos nativos que viviam no território antes da chegada dos agentes colonizadores e dos seus interesses exploratórios.

Segundo Janaina Amado (1995, p. 147), os portugueses faziam uso da palavra sertão para definir “espaços vastos e interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam”. O termo foi empregado para identificar lugares isolados, na perspectiva dos colonizadores. No entanto, tais regiões contavam com a presença de inúmeras populações indígenas, mestiças, quilombolas, entre outras, o que mostra como os sertões não eram isolados, nem ultrapassados e vazios. (Ferreira, 2021) Ao utilizar de estratégias como a catequização, os agentes da colonização sabiam que se tratava de um dos meios para conseguir usar a mão de obra indígena, o que garantiria melhores resultados nas explorações e para a conquista de territórios ocupados.

Os indígenas possuíam o conhecimento do território, já que residiam há muito tempo nessas regiões. Os europeus buscavam por conhecimentos para conseguir terras que tivessem um potencial de extração de riquezas. Por outro lado, o sertão também foi sinônimo de liberdade para os que se recusavam ou eram impedidas de viverem entre os ditos civilizados. Representava, deste modo, a esperança para os negros que fugiam da escravidão, indígenas e sujeitos considerados hereges que viviam as margens do mundo colonial (Amado, 1995). Assim, devemos compreender os sertões coloniais como diversos e em disputa. O termo não era somente empregada para o nordeste, como se convencionou fazer ao longo do século XX, mas para os territórios afastados do litoral e das instituições coloniais.

Dessa maneira, a palavra sertão foi usada para se voltar a uma região contrária ao litoral, mas em cada lugar o termo possuía sua própria história e sentido, a depender do período abordado. A dualidade entre litoral e interior é referente a época da colonização, que os sertões ainda eram inexplorados por portugueses. Para Erivaldo Neves (2012), a construção do sertão brasileiro no imaginário nacional, se deu dentro da dualidade da concepção espacial de interior e do semiárido. Tal imaginário foi influenciado por cronistas, viajantes e missionários que ligavam a ideia de deserto e ao distanciamento da civilização, contrastando não apenas com a oposição a litoral, mas também a visão de região colonial.

A conquista colonial dos sertões não se deu de imediato, pelo contrário, foi um processo lento e demorado. De acordo com Neves (2012), ainda no século XVII os portugueses mantinham-se fixados ao longo do litoral. Os pequenos avanços ao interior se davam pelas margens dos rios. Esse processo se intensificou com a descoberta do ouro e encontrou

resistência por parte dos povos indígenas, chamados pelos colonizadores de forma genérica de tapuias, que atacavam povoações e fazendas no Recôncavo e litoral sul da Bahia. Após a ocupação, a mineração, a pecuária e a comunicação interligavam todas as regiões, ainda que por caminhos precários de circulação. Na perspectiva do autor, as estradas tinham finalidades socioeconômicas de escoar o excedente produzido, abastecer a carência local, promover trocas, exercer o controle sobre a população e monitorar as produções e circulações de mercadorias. Esta era a lógica que guiava as tentativas de conquista dos territórios.

Um aspecto relevante de se destacar é que o sertão do Piauí não estava isolado do restante do mundo. A capitania fazia parte de uma rede de conexões que envolvia principalmente o Estado do Maranhão, o comércio no Brasil, na Europa e na África, devido também ao tráfico de escravizados. A expansão da colonização se intensificou na dita capitania a partir do século XVII, fazendo com que se constituíssem ocupações coloniais com base na exploração de pessoas, fazendas de gado e extração de riquezas naturais. Assim, o sertão não estava isolado do restante do mundo, ele fazia parte dessas conexões diversas e estava inserido nas dinâmicas coloniais (Santos, 2022).

A historiadora Pedrina Nunes Araújo, no artigo intitulado “Segundo o estilo do sertão”: reflexões sobre o sertão no Piauí do século XVIII, refletiu sobre as discussões a respeito da categoria de sertão e como ela se aplica ao território piauiense. Pensando em como as extensões de terra e a pecuária contribuíram para que os povoamentos ficassem esparsos, ditando, assim, os rumos da constituição dos núcleos de ocupação colonial do Piauí. Deste modo, se desenhava um extenso território “de passagem, de entremeio, das grandes distâncias e das populações esparsas” (Araújo, 2024, p.17-18). Mantinham-se os aglomerados afastados, fazendo com que se percorresse vastas extensões de uma fazenda a outra, resultando com que o território colonial fosse visto como de longas distâncias. Para a autora, isso se deu pela forma de construção das vias de ligação entre as longas divisões de terra. Não raro, dava a falsa impressão de território vazio, usado somente como rota de conexão a outros Estados.

Os sertões serviam de caminho para se chegar a outros destinos, e tinham suas vastas terras ocupadas e divididas por rios e riachos, que demarcavam os limites entre as regiões, tornando os aglomerados populacional isolados por conta da distância entre si. Segundo Araújo (2024, p. 17-18), “a localização geográfica da região acentuou essa característica de um território de fronteira entre as duas unidades administrativas: o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil.” Além disso, a região dos sertões nunca esteve vazia. As populações indígenas povoavam estes territórios antes das fazendas de gado, que “emergiu um tipo

embrionário de latifúndio, tornando a região um sertão onde as propriedades abarcavam léguas e léguas de cumprimentos” (Araújo, 2024, p.17).

Mairton Celestino da Silva, na tese de doutorado “Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800”, analisou as discussões em relação as conquistas de riquezas entre Maranhão e Piauí. O autor destaca que no decorrer do século XVIII os sujeitos usavam das possibilidades de conexão entre os rios para se locomover e praticar o comércio com outras capitanias. No Piauí, a vizinhança entre os rios Parnaíba e Tocantins ajudava a intensificar o comércio de carnes, enquanto os rios Parnaíba e Itapecuru levavam a vendas e trocas ao Goiás.

No processo de circulação “os curraleiros da Bahia e do Piauí desenvolveram um intenso comércio de troca e venda de carne seca e couros com os habitantes de São Felix e Natividade, duas povoações ricas na extração do ouro e de outras pedras preciosas situadas nos limites do Maranhão com Goiás (Silva, 2016, p.106-107). Devemos considerar que os sujeitos estavam em constante movimentação, desempenhando um comércio organizado que se encontrava ligado por meio das estradas e cursos dos rios, espaços e produtos. Sobre a ocupação e povoamento do Piauí e da parte sul do Maranhão, Silva (2016) aponta para um movimento de conquista que se deu por diferentes entradas.

Parte delas se deram a partir da cidade de São Luís do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Outras vieram do Estado do Brasil, com destaque para as bandeiras vindas das regiões de Pernambuco, Bahia e Goiás. As investidas de ambos os lados tinham a finalidade de encontrar caminhos que ligassem as duas regiões do Império Português, buscando ampliar as possibilidades de exploração do território e do trabalho indígena. As expedições procuravam mapear novas rotas, garantir o domínio português, explorar as terras e impor uma relação de dominação dos povos indígenas. Por outro lado, o território impunha desafios, que exigiam um conhecimento prévio, muitas vezes adquirido pelo contato com os povos nativos.

Em relação a realização de expedições científicas para mapear a natureza dos sertões, houve uma ampliação das mesmas a partir da segunda metade do século XVIII. Conforme apontam Sá e Kury (2012), a região de caatinga foi, como outras partes da América portuguesa, foco de investigações. Os rios tiveram importante papel neste processo, com destaque para o São Francisco, que nasce em Minas Gerais e passa por Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, desaguando no Atlântico e pelo rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão. A partir das últimas décadas do século XVIII tais expedições passaram a ser realizadas por sujeitos com formação especializada, principalmente pelos homens formados na Faculdade de Filosofia da

Universidade de Coimbra. Depois de aprender os conteúdos e técnicas ligados a História Natural, os naturalistas, como eram chamados os profissionais formados na Faculdade de Filosofia no período, recebiam a missão de inventariar o mundo natural das colônias portuguesas.

Os rios foram muito importantes durante as expedições científicas, pois os naturalistas usavam para conseguir informações sobre os sertões e adentrar aos territórios, mas nem todos os viajantes adentravam de fato ao território, fazendo com que muitas informações não fossem observadas e catalogados. Para as autoras Sá e Kury (2012), isso se dava pela falta de conhecimento sobre o cenário que escondia informações sobre o solo, como a possibilidade de uma planta viver próximo à margem do rio, ou um lugar mais árido. O cenário da Caatinga poderia variar, a depender da proximidade com os rios, as diversidades de plantas e cores. Os cursos de água não serviam apenas como passagem, mas contavam com uma rica diversidade de plantas, animais, minerais, influenciando o modo como os naturalistas enxergavam e exploravam a vida no sertão.

Além da observação e descrição da natureza, os naturalistas do século XVIII voltavam seus olhares para os costumes dos sertanejos, a alimentação, práticas de cura e, em alguns casos mais detalhados, as vestimentas. O treinamento que recebiam na história natural facilitava para que não ficassem restritos ao registro sobre a vegetação e animais. Assim, “as excursões pelas Caatingas, apesar do que qualificavam de “monotonia” das paisagens, renderam a eles elementos importantes para a configuração de uma história natural dos Sertões” (Sá, Kury, 2012, p. 231). As viagens forneceram inúmeras informações, desde o uso medicinal das plantas, como elas eram utilizadas pela população local no cotidiano, a descoberta de novas espécies desconhecidas pelos viajantes. É comum que em certos relatos seja possível identificar trechos que demonstram a proximidade dos viajantes com as populações indígenas, negras e mestiças que viviam nos territórios percorridos.

Na segunda metade do século XVIII, o interesse dos portugueses pela Caatinga esteve associado a um contexto político e estratégico específico. Quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu o ministério do ultramar ganhou força a busca por novas formas de exploração da natureza colonial. Um dos produtos naturais visados em seu ministério (e que esteve entre os objetivos de viagens de inúmeros naturalistas) foi o salitre, um dos principais insumos para produção da pólvora. Deste modo, D. Rodrigo convocou os luso-brasileiros egressos da universidade de Coimbra com formação científica. O ministro também enviou correspondências aos governantes de outras capitanias para intensificar a procura por jazidas

de salitre e outros recursos naturais.

Importante pontuar que as viagens ao sertão nem sempre tinham os interesses voltados para conhecerem a região, mas “eram feitas por interesses de apresamento indígena e busca de riquezas” (Gesteira, 2012, p.92). Garantindo aos colonos e colonizadores que conhecessem as virtudes da flora e fauna, as viagens contribuíam com a assimilação das espécies pelos colonos, passando a serem usados como produtos medicinais. A exploração do território permitia conhecer a diversidade de plantas e animais, a observação dos colonos aos costumes indígenas facilitava para que aprendessem a usar os produtos medicinais em benefício próprio, o que resultou posteriormente, no envio de espécies para a Europa, onde “representavam a conquista do Novo Mundo”.

Em suma, os projetos de expansão colonial e de conhecimento da natureza da capitania de São José do Piauí estiveram conectados com o que era realizado em outras partes do Império português. A capitania foi ainda palco de encontro e conflitos entre colonizadores, populações indígenas, além de ser uma “fronteira interna” da América portuguesa. Assim, as longas distâncias não impediram a capitania de se conectar com outras regiões. No mais, “o fato dos sertões do Piauí não estarem interligados geograficamente ao Atlântico, não foi um empecilho para se inserirem em uma dinâmica de comércio global composto por uma enorme diversidade de sujeitos” (Santos, 2022, p.38). Nas próximas páginas nos centraremos na análise específica da expedição científica de Vicente Jorge Dias Cabral e na recorrência aos saberes vulgares sobre as plantas.

Vicente Jorge Dias Cabral e circulação de saberes sobre as plantas na viagem filosófica

Neste tópico pretende-se traçar a trajetória do naturalista, estudando o contexto histórico da viagem filosófica e os propósitos que estavam por trás da expedição. Os deslocamentos de Dias Cabral entre os sertões do Maranhão e Piauí estiveram ligados a outras viagens realizadas no período, as quais buscavam novas riquezas e a integração de áreas específicas ao processo de colonização, o que tornava os sertões da América portuguesa e de África espaços privilegiados para a realização das mesmas. Deste modo, sabemos que as viagens tinham seus objetivos vinculados ao projeto colonial, mas compreendemos que o material legado das mesmas permite acessar saberes e protagonismo de sujeitos comuns, cuja a pretensão colonial era exercer domínio.

O texto do historiador Marcelo Cheche Galves, intitulado “Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí”, destaca que o naturalista nasceu em Minas Gerais, formou-se na Universidade de Coimbra no contexto da reforma de 1772. Em meados de 1798, há registros da sua chegada a São Luís do Maranhão para exercer advocacia. Ele foi encarregado pelo governador D. Diogo de Sousa, seu contemporâneo em Coimbra, da direção do Horto Botânico e da expedição aos sertões das capitanias Maranhão e Piauí. Com os primeiros resultados da expedição, em 1801, Dias Cabral solicitou o cargo de professor da cadeira de Retórica da cidade de São Luís, cargo esse que não veio a ser admitido de imediato.

O naturalista dedicou ao governador-general do Maranhão, D. Diogo, o principal resultado da viagem filosófica, um compilado de informações sobre os sertões, intitulado *Collecção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui*. Para Galves (2017), o cargo de professor da cadeira de Retórica na cidade de São Luís foi concedido por esse tempo, por volta de 1803 e 1804. Se os resultados parciais renderam um cargo de professor, a conclusão do trabalho final poderia trazer outras oportunidades ao naturalista. O autor evidencia que, apesar da formação filosófica durante a fase de valorização da História Natural em Portugal, Cabral dedicou o seu conhecimento ao progresso da expedição. Mas, contrariando sua dedicação, o historiador aponta para o que chamou dos (não) resultados: “as remessas dos produtos coletados e dos desenhos produzidos, enviadas a Portugal, parecem ter sido desperdiçadas ou não exploradas a contento; os resultados da expedição não foram publicados à época” (Galves, 2017, p. 567). O fato de não ter sido publicado, o que aconteceu com a produção de outros naturalista do período, não diminui a sua relevância enquanto fonte histórica, além de trazer indícios de uma prática recorrente no universo letrado português.

Segundo o historiador Flávio Costa, a expedição de Dias Cabral e Joaquim Pereira, que tem a sua formação desconhecida, contava com duas lideranças, algo que não era comum no momento. “Todavia, no caso do último é sabido que já tinha experiência nesse tipo de trabalho, pois já tinha feito parte de uma expedição no Pernambuco, Piauí e até no Maranhão” (Costa, 2023). É possível que as duas lideranças tenham se dado devido à experiência de Joaquim Pereira em campo e Dias Cabral pela formação e a sua relação de proximidade com o então governador e contemporâneo de Coimbra, o D. Diogo de Sousa. A expedição de Dias Cabral buscava realizar um estudo mais exato para saber as possibilidades de extração do salitre no sertão piauiense, além de fazer uma descrição circunscrita das árvores, cascas e plantas com potencial econômico ou de cura disponíveis na capitania.

Da mesma forma, Flávio Costa faz uma abordagem sobre os interesses do Império

Lusitano em conhecer as regiões que dominavam ou pretendiam se tornar donos. Para isso, precisavam de indivíduos com conhecimento científico, naturalistas preparados com formação específica para adentrarem as regiões com potencial exploratório. Os naturalistas destinados a tais viagens eram como os “olhos e ouvidos” da monarquia portuguesa, assim eles adentravam aos sertões, recolhiam informações e o que mais fosse viável. Como afirma Costa (2023, p.85) “a procura por gêneros naturais oriundos da fauna, da flora e dos minerais estava pautada na possibilidade de alcançar valores econômicos que pudessem ser auferidos pelo Estado”, para manter a estabilidade financeira e as condições políticas e diplomáticas com outros impérios europeus.

As pesquisas sobre a África e América têm demonstrado que as viagens filosóficas nas variadas colônias eram realizadas por pessoas com formação especializada, e encomendadas quase sempre pela Coroa Portuguesa. Um exemplo dessas viagens filosóficas temos a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que durou dez anos pelos sistemas fluviais amazônicos e mato-grossenses. Uma das mais importantes expedições do período teve como resultados a produção de textos e imagens, bem como a recolha de artefatos da cultura material indígena, a construção de herbários e a remessa para Lisboa de plantas e animais próprios das regiões percorridas. Posto isto, naturalistas como Rodrigues Ferreira e Dias Cabral percorriam as capitanias em busca de informações sobre o território, as plantas, animais e os minerais, e estabeleciam relações diretas com as populações locais, as tomando como informantes, guias, remeiros, carregadores (Almeida, 2020).

Para Janayne Ferreira (2021), os interesses em explorar os sertões das capitanias do Maranhão e Piauí despertou para a criação do horto botânico na cidade de São Luís, que tinha como finalidade o cultivo das plantas que fossem úteis e exóticas, como também de árvores que tivessem a madeira usada na construção. O jardim seria alimentado com os resultados da viagem filosófica de Vicente Jorge Dias Cabral e Joaquim José Pereira pelos sertões das capitanias. Ainda segundo a autora, a tarefa de Dias Cabral não aparentava ser simples. O naturalista, além de explorar os recursos naturais, deveria enviá-los para São Luís e para Lisboa. Estes produtos deveriam ser descritos pelo bacharel com as utilidades para comercialização, alimentação, usos medicinais, fabricação de tecidos, materiais de construção e tintura. Dias Cabral deveria fornecer estas informações ao governador da capitania, informações providas da vivência no dia a dia com as populações que viviam e circulavam pelos territórios descritos.

Conforme apontou os historiadores Thiago Dias e Cristina Moraes (2021), na segunda metade do século XVIII, foi colocado em prática “uma política colonial embasada em leis e

instruções de caráter pragmático, que englobavam indígenas e recursos naturais em um mesmo plano de ocupação e exploração das terras dos sertões” (Dias, Moraes, 2021, p. 16). Possibilitando observarmos que a contribuição dos povos nativos na história das ciências, quando é referida, é voltada para o uso da mão de obra e do seu conhecimento sobre as plantas, deixando implícita a sua contribuição para a prática científica desde o período colonial. Os responsáveis por levarem a disseminação de tais práticas para a administração portuguesa eram, portanto, os naturalistas que estavam em campo. Estes profissionais se baseavam no sistema de Linneu e foram formados na sua maioria em Coimbra ou na França, mas os seus escritos detinham também informações coletadas a partir de saberes ameríndios.

Ainda de acordo com Dias e Moraes (2021), o interesse dos portugueses em adquirir as drogas dos sertões vinha acompanhado de algumas solicitações aos pesquisadores/naturalistas que deveriam seguir as instruções e enviar os esclarecimentos sobre todos os produtos catalogados. Isso envolvia as plantas, animais e minerais que observavam in loco. Segundo o autor, as plantas deveriam ser descritas a partir de seus usos, tais como alimentação, vestuário, tintura, dentre outras aplicações. No caso dos animais deveriam compreender os métodos utilizados pelos indígenas na caça e pesca e quais espécies eram aproveitadas para o trabalho doméstico. Quanto aos minerais, buscava-se informações sobre os métodos usados para extrair da terra, ou os usos que eram destinados e a finalidade. Assim, o uso do termo “reduzir” se referia a uma estratégia de aproveitar a mão de obra nativa em atividades já desenvolvidas por eles, contudo, em benefício dos portugueses (Dias, Moraes, 2021, p. 26). A exploração de informações já tinha um objetivo certo, que consistia em adquirir o conhecimento dos povos nativos e repassá-los aos agentes colonizadores.

Conforme destacou a historiadora Gabriela Berthou de Almeida, no seu artigo “Estas são plantas indígenas”: circulação de saberes sobre a flora na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), no qual fez uma demarcação sobre os conhecimentos indígenas sobre as plantas durante a viagem do luso-brasileiro pela Amazônia colonial portuguesa, o naturalista seguiu as instruções de Domingos Vandelli para realizar o trabalho de campo. Tais instruções definiam que o naturalista deveria coletar informações de terceiros, observar as práticas locais e ter um contato direto com os povos indígenas. A autora pontuou que para Rodrigues Ferreira, sintonizado com o discurso da ciência marcadamente eurocêntrico do período, dizia que os indígenas “não deveriam ser considerados ‘menos gente do que nós’, mas afirmava que eles se encontravam em outro ‘estado da sociedade’, estando mais próximos da civilização os que estabeleciam relações com os portugueses” (Almeida, 2024, p. 11). Deste

modo, ele recorria aos conhecimentos indígenas sobre o mundo natural, mas também classificava os seres humanos em uma hierarquia na qual o homem branco europeu ocupava o topo.

De acordo com Almeida (2024, p. 17), “havia um certo consenso na época de que os naturalistas em campo deveriam saber desenhar ou ser acompanhados por riscadores. Textos, imagens e coleção de produtos naturais legados de expedições científicas dialogam e se complementam”. No caso dos desenhos demonstrava a execução e a associação entre teoria e prática, onde a imagem “tornava-se um lugar de conhecimento buscando uniformizar as representações do espaço e mesmo a intervenção numa área, moldando-a como território ou riscando-a com vilas e cidades” (Schiavinatto, Pataca, 2016, p. 556). Para a botânica, o uso das imagens desempenhava um papel explícito do que se pretendia evidenciar, na tentativa de identificação e classificação das plantas, consiste em um exercício inerente para a descrição detalhada dos caracteres dos vegetais. As imagens atuavam como um complemento do texto, com uma bagagem informativa, ilustrativa que simplificava o que estava escrito e adornava o texto. Embora não tenha sido objetivo deste TCC analisar as imagens, pontuamos que identificamos, durante o processo de pesquisa dezenas de desenhos botânicos produzidos a partir do que foi visto nas capitanias do Piauí e Maranhão.

Por outro lado, procuramos construir a nossa análise em diálogo com a ideia de circulação de conhecimentos, dentro do processo da construção da ciência moderna. Observamos que esta experiência circulatória era marcada pela tentativa de subjugar os conhecimentos que não eram europeus. O historiador da ciência Kapil Raj pontou que a modernidade se impôs de forma violenta a outras regiões do mundo, levando ao encontro de diferentes culturas, que quase sempre aconteciam de maneira forçada, em que uma se sobrepunha à outra. Esse processo era desenvolvido bem “mais do que por caminhos lineares de difusão ou de transferência, é por processos de circulação dos homens e das práticas, das informações e dos saberes, dos instrumentos e dos objetos, que as ciências e as técnicas se desenvolvem” (Raj, 2007, p. 177). Através desse contato, faziam as explorações dos territórios usando os olhos atentos dos naturalistas que tinham formação para desempenhar o trabalho científico em campo.

Soma-se a isso a circulação de conhecimento sobre a flora e fauna presentes em outros relatos dos viajantes, cronistas, agentes coloniais, religiosos europeus desde o início da colonização. Deste modo, os relatos de naturalistas não eram necessariamente uma novidade, “ao contrário, haviam sido componentes convencionais dos livros de viagem pelo menos desde

o século XVI. Todavia, eram, então, tipicamente estruturadas como apêndices ou digressões formais da narrativa” (Pratt, 1999, p. 59). O que diferia, então, os naturalistas era a formação especializada e o fato de terem como objetivo central das suas viagens a construção de um inventário da natureza a partir das diretrizes da ciência.

Os registros feitos durante as viagens eram exibidos nos diários e memórias, alguns publicados no período. As plantas coletadas foram adicionadas à coleção de história natural, se tornando passatempo para pessoas de recursos. Quando coletadas vivas, as plantas eram cultivadas em jardins botânicos, implantados na Europa e em algumas capitâneas da América portuguesa. Já o viajante europeu um sujeito histórico letrado, com visão de mundo moldada através da “consciência planetária”, adquirida do seu contato com a cultura impressa, se tornou o perfil a produzir conhecimento e credibilidade para sua circulação.

As historiadoras Ângela Domingues e Patrícia Alves-Melo (2021) destacam alguns pontos a respeito da participação das populações indígenas que fizeram parte da construção desses saberes que circularam por todo o globo, pessoas que atuaram como remeiros, guias, intérprete, pescadores, que possuíam saberes válidos e úteis adquiridos de forma ancestral e empírico. Durante as viagens os agentes da colonização se valiam dos saberes populares para alcançar os objetivos das expedições, mas não se dava os devidos créditos a tais grupos locais, que contavam com todo um conhecimento a respeito das plantas, da terra, rios navegáveis e tantos outros que eram incorporados ao conhecimento científico sem o reconhecimento devido.

Dentro de tais relações desiguais de poder, a dependência dos europeus sobre a circulação dos saberes ameríndios os faz se apropriar e incorporar aos seus conhecimentos. Nesse sentido, se valiam dos conhecimentos indígenas para locomoção em rios, construções, no transporte das mudas de plantas coletadas durante as viagens, o que garantia o sucesso de suas expedições científicas. Ainda é recente, mas os estudos historiográficos “passaram a entender que o conhecimento adquirido por expedições europeias incluía pelo menos uma parte do conhecimento derivado de fontes indígenas e que, em muitos casos, o reconhecimento imperial dependia inteiramente desses contatos com as culturas locais” (Santos, Matos, Sanjad, 2021, p.4).

Convém lembrar que a ciência moderna ocidental, que se propaga pelo mundo, é fruto da sua subjugação as demais. O que se convencionou chamar de ciência moderna europeia se formou a partir de trocas, apropriações de conhecimentos que se constituíram nas margens, muitas vezes ignorando a contribuição dos povos não europeus, apropriando-se, assim, de plantas, territórios e animais. O historiador indiano Kapil Raj fez uma observação em relação a este aspecto. Antes mesmo da chegada dos europeus já existiam nos espaços extra-europeus

redes de conhecimentos sobre o mundo natural e os territórios que se estendiam por diferentes lugares e grupos (Raj, 2007). Os europeus precisavam de tais pessoas para fazerem parte das redes de saberes, assim, se estabelecerem na América, África e Ásia. Deste modo, o conhecimento científico se constituía a partir de trocas e da circulação, embora essas relações fossem marcadas por desigualdades.

Saberes vulgares sobre as plantas na coleção dos produtos naturais do Piauí

Para alcançarmos os objetivos do artigo, focamos a análise empírica na principal fonte intitulada *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803*, escrita pelo naturalista Vicente Jorge Dias Cabral. O manuscrito é um compilado de informações sobre os sertões do Piauí e Maranhão. O documento é o resultado da viagem filosófica realizada pelo naturalista entre o final do século XVIII e o início do XIX, conta com um pouco mais de trezentas páginas. Como dito nas considerações iniciais, o manuscrito está organizado em três partes. Nossa investigação se deteve na análise da última parte, na qual Dias Cabral apresenta o reino vegetal como “uma fonte de preciosidade”. É onde o naturalista realizou a descrição das plantas catalogadas, as suas utilidades e usos locais, com destaque para os vegetais utilizados para cura.

O escrito de Vicente Dias foi produzido com interesses ligados à época, já que estar à frente de uma expedição científica era uma atividade considerada promissora. Como já foi observado, os objetivos que estavam por trás da expedição estavam próximos da economia política, e se voltavam para registros sobre a extração do salitre, usado principalmente para produção de pólvora, a introdução de novos gêneros agrícolas, como a cochonilha e a quina. Para isso, se tornava necessário inventariar os recursos hídricos e canais que pudessem ligar uma capitania a outra.

A relação entre naturalista e governador do Maranhão pode ser observada em muitas passagens do manuscrito. Em uma delas o viajante chega a nomear uma espécie de planta “*Didacea Popularis*” em homenagem a D. Diogo, conhecida popularmente como piqui. Afirmando ser uma planta do povo pobre do sertão que reconheciam as suas muitas utilidades, os mesmos povos, segundo Dias Cabral, atendidos com “igualdade da justiça que vossa excelência distribui pelo povo”. O título de “popular” ficaria gravado na lembrança pelas grandes ações do governador que merecia o “título de grande/justo e generoso”. A forma como o viajante enaltece o governador e as suas ações as populações mais simples da capitania deixam

de lado as dificuldades enfrentadas por grande parte das famílias no sertão. Podemos observar quando se refere a planta “*Didacea Popularis*” como “servindo de regalo dos ricos, que dela não necessitam para o seu sustento”. Subtende-se que as populações conheciam as suas muitas utilidades por precisarem da planta para se sustentarem.

Com isso, objetivamos analisar as recorrências aos saberes “vulgares” descritos pelo naturalista Vicente Jorge Dias Cabral na capitania do Piauí sobre as plantas e os seus usos medicinais. Para tanto analisaremos a documentação produzida pelo letrado com atenção para que seja identificado os meios que o viajante recorreu ao conhecimento popular por onde a expedição percorreu, buscando trechos nos quais sejam possíveis identificar as trocas entre conhecimentos letrado e popular. Para Almeida “as viagens filosóficas setecentistas, impulsionadas pelas transformações científicas do século das luzes, nos legaram importantes documentos para apreender as diferentes camadas de conhecimentos que conformam o discurso da ciência” (Almeida, 2024, p.6).

Ao se referir ao gênero da planta cactos/cactus o naturalista afirmava ter visto em abundância no Piauí e descreve suas primeiras impressões sobre a planta dizendo: “aqui então os cactos/ vulgarmente chamados coroa de frade, as quais o gado no tempo da seca tendo sede, comem, arrancando contes com as suas unhas os espinhos da planta; e assim passam muitos dias sem beber água”. A planta não contava apenas com serventia para o gado no período da seca, mas detinha propriedades medicinais: “dizem que parte carnuda desta planta assada cura, sendo aplicada externamente; os cravos, que são a semelhança de globos redondos, brancos, ou calos internos, moléstia muito ordinária, que ataca os pés dos africanos, impossibilitando-os de poder pisar na terra” (Cabral, 1803). O verbo “diziam” nos leva a crer que o naturalista teve acesso ao uso a partir do que ouvia localmente.

Outra planta do mesmo gênero dos cactos, mas que se distinguia “pelos ângulos do caule. Chama-se vulgarmente Mandacarus”. Segundo também apurou localmente a planta possuía propriedades medicinais: “as raízes ou casca delas, supõem-se um antídoto poderoso contra o veneno das cobras peçonhentas, sendo molhada n’água por algum tempo, e bebida água por vezes pelo doente”. Do mesmo gênero, mas de espécie diferente, “a planta da cochonilha”, nomeada “vulgarmente palmatoria”, considerada “um verdadeiro cacto da divisão das Opuntias, a qual só cresce até a altura, quando muito de dois pés”. A cochonilha tratava-se de um pequeno inseto que se hospedava no cacto e tinha a condição de produzir uma tinta muito apreciada pelos europeus. A planta dava “flor e polipétala, de cor sanguínea, o fruto e uma baça umbilicada, guarneçada de espinhos, como as folhas ou articulações, a polpa adocicada, e come-

se estando madura”.

Já a planta descrita como “caninana” ou “caninana de Marvão”, com nome científico indicado como “*Justicia Marvensis*”, segundo apurou localmente o naturalista possuía diferentes variedades da mesma classe, mas tal planta possuía “a virtude se diz ser purgante antiveneno; que enviei de Aldeias Altas descrita, e desenhada”. Esse trecho nos leva a observar que se realizava a coleta de informações sobre a planta, como a conheciam localmente e fazia-se o envio de algumas remessas com as descrições e por vezes um desenho acompanhava a planta. Tal observação dialoga com Dias e Moraes (2021) que afirmam ser uma prática comum de nomear a planta com o nome vulgar e o nome poderia designar as qualidades distintas entre espécies.

Se tratando de plantas com finalidade antifebril, Cabral destacou a planta “quatro patacas vermelhas”. A raiz “passa por bom purgante”, em seguida descreve como se dava o preparo. Devendo a raiz ser “pisada e posta de infusão por um dia, ou espaço de uma noite, deposita uma espécie de goma esbranquiçada, que passa por bom purgante antifebril, e promove a menstruação periódica das mulheres.” O viajante acrescentava: “presumo que picada em pequenos pedaços, e cozidas produzira os mesmos efeitos. A quantidade da goma purgativa é sem regra; geralmente dão a porção, que leva uma colher”.

Da mesma espécie, mas chamada de “quatro patacas amarelas”, o naturalista afirmou possuir semelhantes virtudes. Ao longo da sua descrição observamos o modo de uso do conhecimento local, ao afirmar que, “um curioso me assegurou ser a primeira mais heroica. De uma e outra foram raízes. De ambas tenho espécies vivas para serem remetidos aos Jardins Reais, aos quais pode servir de ornato pela elegância e beleza da flor”. Vale dizer que a historiadora Janayne Ferreira pontuou que:

Em 19 de novembro de 1798, o governador recebeu um aviso de D. Rodrigo de Sousa informando sobre a criação do horto botânico, cuja finalidade era cultivar as plantas indígenas úteis e as plantas exóticas, como também as árvores cuja madeira era usada na construção. O jardim fundado na capital São Luís foi alimentado, principalmente, com o resultado das viagens filosóficas realizadas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo religioso Joaquim José Pereira pelos sertões da capitania. (Ferreira, 2021, p.65)

Nesse período, o saber local foi incorporado ao conhecimento científico. Durante esse processo, como observou (Pereira, 2012, p. 137), “o saber local, que então se tornava científico, por vezes empregava palavras de origem portuguesa modificadas na vivência americana, outras vezes termos apropriados da língua tupi”. Compreende-se a apropriação dos saberes, vivências, através do contato direto do naturalista com a população, mesmo quando essa apropriação não

era mencionada diretamente. Dentre as populações coloniais, os povos indígenas estiveram contribuindo para a formação do conhecimento científico da época, já que “os povos indígenas foram peças importantes dessa engrenagem, fizeram parte de uma disseminação global de informações, espécimes e itens relacionados ao mundo natural” (Santos, Matos, Sanjad, 2021, p. 20).

Ao mencionar a “carnaúba” o naturalista aponta como sendo “uma das palmeiras mais uteis do sertão, e a mais vulgar, a cada passo se encontram várzeas de grande extensão cobertas de carnaúbas”. Encontrada com certa facilidade, “elas nesta capitania entram na construção das choupanas dos pobres, e casas dos ricos”. Ele observou que o seu fruto também possui utilidades: “o seu fruto não é sem utilidade; e por si subministram o enxofre vegetal, que se espalha pela superfície da terra e vem a formar depois o vulgaríssimo sal de Glauber”. As impressões do naturalista sobre a planta é por ser uma grande palmeira que cresce nos lugares frescos e salinos da capitania, possuindo fibras duras e resistentes ao corte do machado. As descrições seguintes sobre a carnaúba iram destacar o porquê desta planta ser tão popular, Dias Cabral acrescenta que:

Não há parte na nossa carnaúba que não seja útil neste sertão. Basta dizer-se que o seu tronco e folhas entram na construção das casas do sertão. Os edifícios da cidade de Oeiras não são outra madeira, todavia ela exige cautela para ser durável. Deve-se primeiramente cortar só estando madura, o que se conhece, quando o tronco tem deixado cair as bases dos pecíolos: em segundo lugar em prega-se na construção das obras do ar, ou ainda das paredes, tendo cuidado, que não participe estas de humidade para não corromper. Do mesmo tronco se fabricam ainda vários utensílios como bengalas, pontas de flechas; e das folhas se fabricam tantos, que seria enfadonho referir. (Cabral, 1803)

As descrições sobre a “carnaúba vulgar” ainda contavam com outras propriedades sobre o seu fruto: “tem polpa preta adocicada, e serve de sustento aos gados quando caem madura, há xarope feito da polpa deste fruto, passa no peitoral. Com menos fundamento se afirma ser a sua raiz antivenérea”. As ricas descrições sobre as plantas feitas pelo naturalista nos levam a constatar o fato dele contar com a ajuda de terceiros, que faziam uso há tempos nas suas vivências de plantas como a “carnaúba vulgar”. Pelo tempo que o naturalista permanecia em cada região era impossível ele observar de forma direta e, sobretudo, descobrir os usos e propriedades das plantas. Ao acontecer esse compartilhamento de saberes, Almeida (2024) destacou, não considerar como “vetor de transmissão”, pois essas informações não devem ser apreendidas como se estivessem na sua forma bruta e precisarem ser lapidadas por uma pessoa supostamente mais capacitada, já que tais “informações que compartilhavam já eram, em si,

conhecimentos, os quais poderiam ser reelaborados em contato com outras ideias e formas de pensar” (Almeida, 2024, p.11).

As plantas que ganharam maiores recorrências são voltadas para as propriedades de cura e contam com maiores indicações do conhecimento popular. Dentre elas a “Paratudo Cascudo, Espécie Bauhinia Vulgares ou Pau cobra”. Cabral a descreve como “uma pequena arvore de altura muito ordinária, que cresce nos agrestes desta Capitania, com tronco simples, córtex grosso e áspero a semelhança de cortiça, de onde derivei o vocabulário cascudo”. Segundo o naturalista a planta era

[...] de grande uso a sua casca da raiz, aplicada em cozimentos para as febres intermitentes, continuas e catarros. Outros aplicam a casca da raiz bem pisada, posta na água por algumas horas até está participar bem do amargo dado depois a beber. A quantidade não é determinada. Alguns supõem que é o antidoto do veneno das cobras, de onde parece derivar o chamar-se pau cobra. Neste caso aplica-se como já disse, [...] as suas folhas são excelentes pasto para os cavalos e gados (Cabral, 1803).

No trecho acima observamos as descrições realizadas pelo naturalista e percebemos as menções indiretamente aos saberes locais. Quando o mesmo descreve o modo que se deve usar a raiz do “paratudo”, o naturalista afirma que “outros aplicam”, “alguns supõem”, tais frases nos levam a compreender que as informações para a realização das descrições adivinham do seu contato com as populações locais. Acrescenta que a “Paratudo liso” possuía características idênticas da Paratudo cascudo em relação a frutificação. O que vai diferenciar neste caso são às folhas e tronco. Ambas também tinham propriedades antifebril, tendo ele em sua guarda “exemplares vivos que foram para Marvão, com raízes secas e cascas do tronco”.

Já o velame preto era um “arbusto que cresce nesta Capitania até 4 e 5 pés de caule fruticoso”. Segundo as observações do naturalista, “a raiz passa por ser antivenérea. [...] Em grande dose é purgativa. Algumas pessoas ajuntam as folhas e ramos no cozimento o mais ordinário é o purgante: chamado de goma”. Para o preparo do purgante se seguia a seguinte receita: “pisa-se a raiz, e posta de infusão de um dia para o outro, deposita no fundo do vaso uma espécie de goma tensíssima, a qual (descartada a água) aplicada em quantidade de uma colher ordinariamente; é muito bom purgante; utilíssimo nas apoplexias e promove a transpiração”.

No caso do “Velame branco”, da mesma espécie, “este arbusto não cresce tão alto como o antecedente; as folhas quase ovadas”. Dias Cabral afirma que “acha-se ordinariamente nos lugares secos; e por isso o tempo da sua efflorescência é na estação úmida. A este atribuem as mesmas virtudes; e no meu parecer são em grau mais exaltado pôr a maior cópia de balsamo, e

rezina;” Mas “algumas pessoas há que preferem este primeiro”. O naturalista irá descrever outras espécies de velame, como o “Velame miúdo”, que “alguns pretendem que as raízes deste sejam mais eficazes nas enfermidades venéreas”. Ou o “Velame cheiroso”, mas deste o naturalista destaca “habita nos lugares frescos; e penso ser anual. Ainda não se conhecem as virtudes deste velame; parece porem impossível que não tenha a vista da identidade do gênero, e habito, e cheiro”.

A “quina do Piauí” foi um dos vegetais que mais atenção recebeu do naturalista, devido as suas conhecidas propriedades medicinais no combate das febres contínuas e intermitentes. Era uma “espécie de estames [...] uma pequena árvore que cresce até pequena altura de nove a dez pés, o tronco grosso de palmo e meio de diâmetro, duro, e muito frágil, ramos e folhas opostas”. Uma curiosidade sobre a planta era a de estar “há mais de 50 anos que nesta Capitania a casca da nossa quina, é com bom sucesso nas febris contínuas e intermitentes, em cozimento, e de infusão”. O viajante acrescenta conhecer “homens/idosos, que contam prodígios dela de tempos passados, mas ainda restam muitos exames a fazer: a sando dos homens não deve ser o alvo de asseverações vagas, e populares para com a facilidade decidir-se da bondade de qualquer simples”.

Na sua visão, a espécie contava com pelo menos mais duas variedades, “Quina das Caatingas”, que se encontrava em maior abundância e tinha a flor branca ou amarela. E a “Quina dos Riachos”, que “a cutícula lisa acinzentada, córtex amarelado, ou esbranquiçado, os ramos espalhados sem copa. Habita nos lugares frescos e é mais rara a flor arroxada”. O naturalista acrescenta ser:

Certo que sendo a primeira variedade mais amargosa e resinosa e linhosa; a segunda menos amargosa, e resinosa, não pode deixar de haver variedades nas suas virtudes médica, [...] talvez uma como antifebril diretamente e outra indiretamente; uma exercitando a sua ação no sistema nervoso e outra na muscular, ou na massa dos humores. Porém querendo entender o meu juízo a mais do que devo, e limitando-o a simples observação, digo que a quina das Caatingas sendo mais salina, mais amargosa, resinosa e linhosa, me parece menos apropriada para ser aplicada em pó, e que será mais estimulante do que a quina dos riachos. (Cabral, 1803)

Uma outra espécie com propriedades antifebril era a “Contrayerva de folhas redondas”. O naturalista observou que “a raiz é carnosa, nodosa, escamosa, da grossura de uma pena de cisne, e ainda mais grossa algum tanto, cumprida três polegadas, fibrosa, do cheiro agradável [...], de cor branca, amarelada externamente; e por dentro mais corada, depois de seca conserva as muitas propriedades”. Da raiz se “faz uso em cozimento pela sua qualidade de sudorificar, antifebril e contraveneno”. Já a “Contrayerva de folhas compridas” era de virtudes idênticas, mas “enquanto a mim, diferenças tão marcáveis devem atenção aos médicos. Nas farmacopeias

e nas boticas senão faz diferença alguma. O povo chama-a de folha redonda contrayerva fêmea”.

Dentro da circulação de saberes foi que o conhecimento científico foi se construindo. Os governadores das capitanias contribuía para tal o processo, como evidenciou Dias e Moraes (2021), enviavam drogas a Portugal, com a presença de pareceres médicos, físicos e práticos, que auxiliavam na realização dos testes no Hospital Real militar de Lisboa, como também no Jardim Botânico da Ajuda. Os testes aconteciam conforme as descrições, no caso de Dias Cabral utilizava em seus escritos alguns exemplos: em cozimento, em infusão, deixar de um dia para o outro, dentre outras que são possíveis identificar.

A planta de nome “caninana ou vulgarmente purga de caninana”, contava com propriedades para sarar doença de chagas, desde que se fizesse uso da raiz que produzia o efeito de um purgante antivenéreo. A sua aplicação se dava “em cozimento dulcificados com açúcar, ou mel de engenho. Tem-se visto com este remédio sarar doente de chagas, antigas venéreas de dores crônicas, reumáticas e corrimentizas [sic]”. Vicente Dias destaca os efeitos como: “de incandescência, estímulos fortíssimos no intestino, erupção no corpo, que sumamente incomoda aos doentes; cujos maus efeitos eu atribuo a dose em determinada, e arbitraria; a falta de algum corretivo, e refrigerante”.

Quando se refere ao “Angico branco do campo”, o viajante mostrou que a raiz “aplica-se em cozimento na qualidade de antifebril”. Tal planta seria bela para ornamentar os Jardins Reais, pelo cheiro e formosura. O naturalista acrescentou ter remetido em grande abundância. Algumas plantas foram remetidas para embelezar o jardim na Cidade de São Luís na capitania do Maranhão. Já ao mencionar a “Caroba grande”, o naturalista relatou que “a sua ramagem é de muita utilidade, aplica-se em cozimento”. A bebida misturada com salsa servia para as enfermidades venéreas. O seu líquido contava com a consistência de mel grosso que passado sobre as chagas limpa admiravelmente, o viajante acrescentou que contavam milagres deste remédio.

A fonte faz poucas referências diretas aos conhecimentos indígenas sobre as plantas, no entanto, não é descabido supor que os usos descritos tenham a sua origem em tais conhecimentos. Ainda assim essa referência não é nula na documentação. No caso da planta “cururú-apé ou timbó”, o naturalista menciona que lhe atribuíam “a virtude antivenérea”. Além do que se “pisadas as raízes e deitadas em poços de peixes, todos morrem bêbados. Os gentios se servem destas raízes para essa matança, e parece que esta é a significação da palavra timbó na língua indiana”.

Outra planta com propriedades venéreas é o “Manacá”, o qual o naturalista citou ser “esta planta das que se supõem de muito préstimo na medicina”. Se o enfermo estivesse com “pequenas forças causa grande desassossego em todo o corpo, intumescência nos beíços, anciãs de vomitar, e como um formigueiro que corre para as extremidades do corpo”. Caso o doente fosse “robusto faz menos abalo, como seja só entumecer a língua, e os beíços, enfraquecer as pernas”. O remédio vinha “produzindo maravilhosos efeitos, curando-as das antigas dores venéreas”, merecia ser estudado com atenção. Neste caso o naturalista aponta explicitamente que os indígenas eram quem as usavam para cura do mal venéreo.

De todo modo, as menções aos conhecimentos locais/populares são descritas indiretamente pelo naturalista em seu manuscrito. Dias Cabral como um homem letrado da ciência setecentista não faz menções aos seus interlocutores, o que torna a identificação de outros conhecimentos para além do científico somente nas entrelinhas da documentação.

Dias Cabral descreve inúmeras plantas e utilidades medicinais e se utiliza da palavra “vulgarmente” para designar a forma como a população local se referia as plantas e as maneiras de usa-las, ao invés de identificar as pessoas ou grupos que detinham tais informações. A expressão foi referida por vezes pelo naturalista, mostrando, assim, a existência da contribuição do saber popular sobre as utilidades medicinais das plantas. A botânica foi um dos recursos que estavam voltados para a economia política a serem inventariados em diferentes capitânias. No decorrer do tópico observamos como os saberes populares sobre as plantas contribuíram para o aperfeiçoamento do conhecimento científico, principalmente voltados aos usos medicinais.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou fazer uma análise sobre as plantas catalogadas pelo naturalista Vicente Jorge Dias Cabral em sua expedição científica ao sertão do Maranhão e Piauí, entre 1799 a 1803. O objetivo central foi identificar a circulação de saberes populares e científicos dentro da “zona de contato” construída no sertão piauiense, quando realizada a expedição científica. O nosso foco recaiu acerca das recorrências aos saberes “vulgares” sobre as plantas. A expedição científica que teve o naturalista a frente, objetivava inventariar a natureza e mapear os territórios percorridos que poderiam ser incorporados a dinâmica de exploração colonial. Para realizar as viagens, a Coroa portuguesa remetia naturalistas com formação especializada para inventariar as potencialidades exploratórias de diferentes regiões da América portuguesa.

Além da observação e descrição da natureza, os naturalistas do século XVIII voltavam

seus olhares para os costumes dos sertanejos, a alimentação, práticas de cura e, em alguns casos mais detalhados, as vestimentas. O treinamento que recebiam na história natural facilitava para que não ficassem restritos ao registro sobre a vegetação e animais. Os materiais legados das viagens permitem que acessamos saberes e protagonismos de sujeitos comuns, que a pretensão colonial era exercer domínio. Tais viagens contribuíram para a assimilação das espécies entre os colonos que as utilizavam, no caso das plantas, como produtos medicinais, resultando no envio de espécies para a Europa. Dessa forma, a expedição científica que Dias Cabral foi encarregado não esteve isolada de outras realizadas com objetivos parecidos dentro do processo de colonização, o que tornava os sertões da América portuguesa e África espaços privilegiados para a realização das mesmas.

Dessa forma, foi nosso interesse analisar a última parte do manuscrito, no qual Dias Cabral apresenta o reino vegetal como “uma fonte de preciosidade”. É a parte em que o naturalista realizou a descrição das plantas, as suas utilidades e usos locais, com destaque para os vegetais utilizados para cura. No decorrer da análise percebemos que as descrições sobre as plantas foram realizadas a partir da observação de manuseios e usos feitos há tempos na capitania. Pelo tempo de permanência do naturalista em cada região, não era possível que as conclusões e testagens fossem dele próprio. Deste modo, a *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí* seja marcada pela ótica e interesses coloniais, mas deixa evidências dos variados conhecimentos das populações que viviam e circulavam pela capitania do Piauí.

O naturalista faz poucas menções diretas aos seus interlocutores, porém, utiliza em diversos trechos da documentação palavras que fazem referência à terceiros: “vulgarmente”, “dizem”, “outros aplicam”, “alguns supõem”, entre outras. No que se refere às recorrências aos saberes populares detidos por sujeitos que possuíam manejos da natureza e modos de vida próprios, as palavras utilizadas pelo viajante nos levam a concluir que havia a troca entre o conhecimento popular. Sendo possível destacarmos que tais sujeitos contribuíram com a ciência moderna, sobretudo no que se refere aos usos das plantas medicinais.

Ademais, compreende-se que a circulação de saberes que se deu dentro do processo da construção da ciência moderna foi marcada pela tentativa de subjugar conhecimentos não europeus. Posto isto, o que se convencionou chamar de ciência moderna europeia, se formou a partir de trocas, apropriações de conhecimentos que se constituíram nas margens, muitas vezes ignorando a contribuição dos povos não europeus, apropriando-se, assim, de plantas, territórios e animais. As questões apontadas nesta pesquisa não se findaram com este estudo. Há ainda outras fontes, como desenhos e correspondências, relacionas à viagem que não foram

analisadas. Nosso objetivo neste artigo foi destacar a importância dos saberes populares em um momento de expansão dos estudos da história natural. Com a finalização deste estudo objetivamos ter proporcionado ao leitor uma visão sobre os sertões piauienses e as múltiplas vozes conhecedoras deste território.

Referências bibliográficas

Fontes

CABRAL, Vicente Jorge Dias. Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ), Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1.

BLUTEAU, Rafael; Silva, Antonio de Moraes (1789). Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>.

Bibliografia

ALMEIDA, Gabriela Berthou. “Estas são plantas indígenas”: circulação de saberes sobre a flora na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. e45952, 2024. DOI: 10.15448/1980-864X.2024.1.45952. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/45952> Acesso em: 19 jul. 2024.

ALMEIDA, Gabriela Berthou, **Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e as expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798)** / Gabriela Berthou de Almeida. Tese (doutorado) – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2020.

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. “Segundo o estilo do sertão”: reflexões sobre o sertão no piauí do século XVIII. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, Volume 16. 2024. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v16.FC.2024.al2.p.1.19> . Acessado em: 21 out. 2024.

COSTA, Flávio Pereira Júnior. **História, ciência e natureza na política Ilustrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o meio-norte da América Portuguesa (1796-1801)** / Flávio Pereira Costa Júnior. — 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.

DIAS, Thiago Cancelier; MORAES, Cristina de Cássia. Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.1, jan.-mar. 2021, p.15- 37. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-5902021000100002>.

DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia, «Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792», **Ler História** [Online], 78 | 2021, posto online dia 23 junho 2021, consultado no dia 30 2021.URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/7879>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7879>.

FERREIRA, Janayne de Moura. **Para defender, curar e tingir: natureza útil e conhecimento na expedição Cabral-Pereira ao estado do Maranhão e Piauí (1799-1803)** / Janayne de Moura Ferreira; – Rio de Janeiro: s.n., 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio-ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200016>. Universidade Estadual do Maranhão. Campus Paulo VI. São Luís, MA, Brasil. 2017.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Animais e plantas do sertão do rio são francisco nas representações do brasil. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas século XVI a XIX**. Rio de Janeiro: ed. Andrea Jakobsson, 2012, p.58-111.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas século XVI a XIX**. Rio de Janeiro: ed. Andrea Jakobsson, 2012, p. 16-57.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas século XVI a XIX**. Rio de Janeiro: ed. Andrea Jakobsson, 2012, p.112-159.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999, 394p. p.12-75.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulação. **Cultura** [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/877>; DOI: 10.4000/cultura.877. p. 155-179.

SÁ, Magali Romero. KURY, Lorelai Brilhante. Naturalistas europeus nas caatingas. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro: viagens nas caatingas século XVI a XIX**. Rio de Janeiro: ed. Andrea Jakobsson, 2012, p.204-257.

SCHIAVINATTO, Iara Lis; PATACA, Ermelinda Moutinho. Entre imagens e textos: os manuais como práxis de saber. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.551-566.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. **“Sertões indômitos”: comércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII** / Gutiele Gonçalves dos Santos; – Rio de Janeiro: s.n., 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

SANTOS, Rafael Rogério N. dos; MATOS, Frederik; SANJAD, Nelson. Itinerário indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará (1760-1810). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-22, maio/ago., 2021. **História indígena, agência e diálogos interdisciplinares**.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800** / Mairton Celestino da Silva. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.